

Ajuste fiscal ainda causa polêmica entre ministros

LILIANA LAVORATTI
SÃO PAULO

Não existe consenso ainda no governo sobre a proposta de ajuste fiscal de médio e longo prazos apresentada ontem pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, na reunião da Câmara de Política Econômica, no Palácio do Planalto.

A proposta apresentada acabou por causar muita polêmica entre os ministros que compõem a Câmara e os convidados. Enquanto Bernardo e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, apóiam o pacote, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff tem um posicionamento contrário. O principal questionamento é até que ponto um ajuste prolongado pode comprometer os investimentos do governo federal.

Diante das diferentes posições dentro do próprio governo sobre a minuta da proposta de emenda constitucional (PEC), o elenco de medidas será refeito com a incorporação de sugestões apresentadas ontem pelos ministérios que não participaram do projeto piloto, até ontem no âmbito dos ministérios do Planejamento e Fazenda. Daqui a cerca de duas se-

manas a Câmara de Política Econômica voltará a discutir o tema e somente depois de um acordo interno será levado à decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Além dos ministros do Planejamento, da Fazenda e da Casa Civil, participaram do encontro no Palácio do Planalto o presidente e demais diretores do Banco Central, o ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, o secretário-executivo da Fazenda, Murilo Portugal, e o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy.

A idéia é aprovar na Constituição uma série de medidas — por meio de amplo acordo político — a tempo de garantir a sobrevivência financeira do governo seguinte. Se a proposição vingar, o próximo presidente eleito assumiria o mandato com a pauta legislativa “limpa” e com o equilíbrio fiscal federal garantido nos quatro anos do mandato por instrumentos aprovados no Congresso em 2006. Dessa forma, o novo governo poderia se dedicar desde o início à aprovação de reformas consideradas fundamentais para o crescimento sustentado: a política, a tributária e uma nova rodada de mudanças na legislação da Previdência Social.

Na proposta inicial constava a renovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), cuja alíquota cairia dos atuais 0,38% para 0,08% em 2013; a renovação e ampliação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), dos atuais 20% para 35%, dando ao governo federal maior liberdade na aplicação de receitas obtidas com a cobrança de tributos com gastos vinculados, como é o caso das contribuições sociais.

Esses dois instrumentos de ajuste fiscal, revalidados inúmeras vezes nos últimos dez anos, tem validade assegurada por regra constitucional somente até o final de 2007. Outra medida seria estender o teto das despesas correntes da União — todos os gastos exceto os investimentos e juros da dívida pública — em 17,5% do Produto Interno Bruto (PIB), a exemplo do que foi definido para o ano que vem.